

Boletim

CR/RR

AGOSTO/2018



AGENDA

APEOESP

AGOSTO

17

Reunião Ordinária de RRs

24

Reunião Ordinária do CER

SETEMBRO

07

Grito dos Excluídos

10

Audiência Pública sobre BNCC - Brasília

CUT

AGOSTO

Obs: em construção o calendário nacional de mobilização e diálogo com a sociedade, após identificação das principais iniciativas políticas do próximo período. Fortalecimento da Vigília "Lula Livre" como principal foco de resistência.

SETEMBRO

07

Grito dos Excluídos

CNTE

AGOSTO

20 a 22

Oficina do Coletivo de Assuntos Municipais – Curitiba/PR

27 e 28

Reunião do Coletivo de Funcionários da Educação – Curitiba/PR

29 e 30

Reunião do Coletivo de Combate ao Racismo – Curitiba/PR

SETEMBRO

07

Grito dos Excluídos

A crise se aprofunda

Hoje, aquele que acreditou nas fórmulas de austeridade neoliberal para o fim da corrupção na área pública e, mais ainda, de que era possível o próprio corrupto combater corrupção, sente rondando muito perto os efeitos da interrupção abrupta dos governos Lula-Dilma.

Se não você, alguém do seu convívio já está no desemprego ou na incerteza de manter-se empregado.

O governo ilegítimo tem jogado por terra a soberania nacional ao negociar ativos da Petrobras e diminuir a participação acionária do Brasil na Embraer. Este governo ainda se sustenta por causa da grande mídia que constrói a narrativa de fachada, legitimada pelo judiciário que atropela a Constituição Federal graças ao financiamento pesado da elite econômica nacional e dos grandes grupos econômicos estrangeiros.

O congelamento de investimentos em saúde e educação por 20 anos pelo governo golpista de Michel Temer "colou" como abstração, mas bastaram dois anos para o já histórico abismo social en-

tre ricos e pobres brasileiros tornar-se fático, palpável e, por isso, inegável.

O índice de rejeição de Temer sinaliza que mudou a percepção da sociedade brasileira sobre o golpe e as decorrentes ações antidemocráticas. Já nos sentimos adoecidos pela falta de esperança em dias melhores.

Historicamente a APEOESP denuncia e luta para tornar claro que não é o presidente em exercício o nosso único problema: são agremiações políticas coligadas e anti-populares que precisam ser combatidas.

Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE) como foco de resistência

A mobilização dos professores, sob a liderança da APEOESP no Estado de São Paulo e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), no plano nacional juntamente com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e outras centrais sindicais, bem como as Frentes Brasil Popular (FBP) e Povo sem Medo (FPSM), foi

fundamental para evitar que o governo Temer, com o apoio da maioria do Congresso Nacional, aprovasse diversos projetos de lei que representariam um verdadeiro retrocesso na vida da massa trabalhadora. No campo da educação não foi diferente.

Graças à participação das professoras e dos professores no primeiro semestre nas CONAPES municipais e estadual em São Paulo, bem como na etapa nacional, em Belo Horizonte, que conseguimos aprovar encaminhamentos para a continuidade da mobilização pela valorização da educação pública de qualidade e dos profissionais da educação.

O Congresso do povo como espaço de organização popular

Desde o final de 2017 as entidades que congregam a FBP têm investido na organização do Congresso do Povo como espaço de amplo debate e, para isso, têm buscado envolver o máximo de representações organizadas das comunidades. O objetivo é delimitar os problemas que o país vivencia, definir suas pos-

síveis causas e apontar formas de encaminhamento das lutas.

A APEOESP tem orientado todas as suas subsedes a se envolverem nas diversas etapas de discussão e mobilização. Com o encerramento dos Congressos municipais, a FBP – SP orientou que os diversos Comitês locais aproveitem o momento para discutir a situação de crise do país e a necessidade da eleição de candidatos comprometidos com os interesses democráticos, com a soberania nacional e com a classe trabalhadora.

A descrença na política favorece os golpistas

Desde seu início, a política, na história do Brasil foi construída como um modelo pautado pela exclusão da maioria da população nas decisões. Esse modelo conservador e patriarcal criou um padrão partidário destituído de qualquer compromisso programático, impossibilitando a organização dos trabalhadores em organizações autônomas, sejam os sindicatos ou os partidos políticos.

O balanço deste processo é que uma grande parcela da sociedade é descrente da política, perdeu suas esperanças nas instituições, inclusive no judiciário. A consequência é que a democracia vai ficando

frágil, abrindo espaço para aventuras autoritárias.

Alguns exemplos do avanço neoliberal e conservador no período mais recente na América Latina são: a eleição de Macri, na Argentina; de Mario Abdo Benítez, no Paraguai e de Iván Duque, na Colômbia. No Brasil, um golpe jurídico-parlamentar-midiático derruba a Presidenta eleita Dilma Roussef e mantém cativo ilegalmente o ex-presidente Lula para inviabilizar sua candidatura.

A organização transnacional pró-golpe não está de brincadeira, e é por isso que não podemos descartar a possibilidade da eleição de um candidato que representa tudo o que há de mais atrasado na cultura política brasileira hoje.

A mobilização empreendida a partir do Palácio do Planalto para garantir que o candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) construísse uma aliança partidária que lhe garantisse praticamente metade do tempo do horário eleitoral de TV e rádio demonstra o peso das elites que já escolheram o seu candidato para estas eleições.

E ele é o mesmo candidato do partido que governa o Estado de São Paulo há mais de duas décadas, apesar do envolvimento do PSDB em inúmeros escândalos como desvios de verbas de obras

do Metrô, do Rodoanel, da SABESP, da CDHU, da merenda escolar dentre inúmeros outros.

Infelizmente, é possível que nada disso respingue em sua campanha, pois a grande mídia tentará protegê-lo.

A importância das eleições majoritárias

A eleição presidencial de 2018 pode representar a continuidade do golpe que apeou do poder uma presidenta legitimamente eleita, para impor mais um governo sem respaldo popular.

O jogo golpista continuará se forem eleitos parlamentares cujos partidos votaram favoravelmente nas medidas de caráter neoliberal e de ataques à classe trabalhadora.

A falta de entendimento do que está em disputa pode representar a derrocada dos direitos sociais e trabalhistas e da democracia no Brasil por um longo período.

O contraponto a este estado de coisas virá a partir de debates com a população sobre quais candidatos são vinculados aos interesses transnacionais e quais são do campo popular e democrático, que podem representar uma mudança importante nos rumos do país com a reversão das medidas neoliberais e retomada

do projeto de desenvolvimento com inclusão social.

O papel estratégico do parlamento e a importância da eleição de representantes da educação e da classe trabalhadora nas casas legislativas

O comportamento dos parlamentares brasileiros só faz reforçar a descrença da nossa sociedade em política. E somos nós, do sindicato dos educadores, que temos a responsabilidade redobrada de confrontar essa generalização negativa da imagem dos políticos para dismantlar este cenário doentio. Se lembrarmos a história, ficarão mais claras as diferenças.

No caso da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da merenda escolar na Assem-

bleia Legislativa de São Paulo, por exemplo, ficou claro que alguns políticos e partidos possuem compromisso real com a escola pública, enquanto que os interesses de outros não deixaram que a investigação chegasse aos poderosos envolvidos neste escândalo.

Como referências importantes para os estudantes e muitos pais, a participação consciente e ativa das professoras e dos professores no processo eleitoral é estratégica, pois ao fazerem a reflexão sobre a importância do voto consciente, podem contribuir para que a sociedade passe a votar analisando a história dos candidatos e partidos políticos, suas atuações em situações importantes, como a privatização da Petrobras, as Reformas do Ensino Médio, da Previdência (aprovada pela Câmara Federal) e Trabalhista (sancionada pelo governo Temer).

Essa eleição pode significar a renovação do legislativo estadual e federal, com representantes oriundos da nossa categoria e que tenham uma história de luta comprometida com a escola pública, com o magistério e com os interesses da classe trabalhadora. Assim como em outros momentos da história, já tivemos deputados federais, que desempenharam papel importante na aprovação de leis que valorizaram o magistério e aumentaram a qualidade da educação pública.

Com o envolvimento da categoria no debate eleitoral, cumprimos um papel pedagógico de fortalecimento da democracia e poderemos evitar que muitos eleitores votem em candidatos e partidos que se apresentam como bons gestores, porém sem comprometimento com o que é de todos.



II. Campanhas

Professores exigem o cumprimento da lei: queremos os 10,15%

As grandes mobilizações realizadas no decorrer de 2017 garantiram que a APEOESP ganhasse ação no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) pelo reajuste de 10,15% extensivo para toda nossa categoria, inclusive para os profissionais aposentados.

Na época, o então governador Geraldo Alckmin deu bônus para uma pequena parcela do professorado da Educação Básica I para não pagar o PSPN, porém a APEOESP ganhou ação coletiva no TJSP obrigando-o a reajustar o salário de todos os profissionais. Para não atender ao determinado pela justiça, Alckmin, através da Procuradoria Geral do Estado (PGE) obteve liminar junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), suspendendo a decisão do TJSP.

Em reunião com a ministra Carmen Lúcia, do STF, em que participaram o governador de São Paulo Márcio França, o secretário da Educação João Cury Neto e a presidenta da APEOESP, Maria Izabel Azevedo Noronha, hoje afastada do

cargo para concorrer para Deputada Estadual, foi firmado acordo em que o governador apresentaria uma proposta de pagamento do reajuste e o STF retiraria a liminar. Até o momento, o governador Márcio França não apresentou proposta alguma.

A APEOESP, mais uma vez, vai promover ações de pressão sobre o governo estadual para o cumprimento da lei, mobilizando o professorado, que não aceitará ficar mais um ano recebendo abaixo do piso.

A luta dos professores é a luta de toda sociedade, a vitória depende da categoria.

APEOESP pressiona governo para que os professores categoria O não fiquem desempregados em 2019

A Secretaria da Educação modificou a norma para que professores que estavam encerrando seu contrato no final de 2017 tivessem aulas atribuídas até o final de 2018. Na prática, porém, muitos continuaram sem aulas no decorrer deste ano devido à superlotação e fechamento

de classes. Fato que nossa entidade continua denunciando.

Se a norma não for alterada, novamente milhares de professoras e professores poderão ficar desempregados em 2019, aumentando ainda mais o índice de desemprego na categoria.

A APEOESP luta para a regulamentação da estratégia 18.20 do Plano Estadual de Educação (PEE), que prevê a equiparação de direitos entre os profissionais da educação temporários e efetivos e, também, para que o secretário da Educação garanta que todos os professores categoria O participem da atribuição de aulas no próximo ano.

MMR: contra privatização temos que intensificar a mobilização

A troca de Alckmin por Márcio França não alterou a disposição do governo estadual quanto à implantação compulsória do projeto de gestão empresarial do ensino público, denominado Método de Melhoria de Resultados (MMR).

Em diversas Diretorias de Ensino estamos combatendo e denunciando a tentativa de terceirização da gestão escolar, concepção que entende a escola como empresa, desprezando a especificidade educativa, em especial de uma escola pública com ênfase cidadã.

A APEOESP tem orientado todas as subsedes a denunciarem a Secretaria da Educação e seus órgãos regionais que tentarem impor o MMR e a mobilizar a categoria e a comunidade para impedir a tentativa de privatizar a gestão escolar.

A farsa da Escola sem partido: mobilização é a nossa arma contra o obscurantismo

O avanço dos setores privatistas e o crescimento do conservadorismo criaram condições para que figuras como Bolsonaro cheguem ao poder e propaguem discursos de ódio e intolerância.

Um dos resultados desse crescimento de forças obscuras é o projeto denominado Escola sem Partido, que impede a democracia na escola e a liberdade de cátedra dos professores. Em diversos municípios, parlamentares do campo conservador têm

apresentado projetos com o mesmo intuito, entretanto a mobilização dos professores liderados pela APEOESP e a participação de diferentes setores do movimento social têm sido importante para barrar a implantação deste projeto absurdo. É preciso muita atenção por parte de todos(as) que defendem uma escola democrática para que o pleito eleitoral deste ano não sirva para reforçar o avanço conservador a partir da eleição de candidatos que se alinham com estas propostas.

Vamos eleger candidatos(as) que defendam uma escola pública de qualidade, democrática e portanto plural, onde se respeite a diversidade.

Proposta de Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Médio enfrenta forte resistência

Dentre os diversos pacotes de destruição do Estado impostos pelo governo golpista Temer, dois têm impacto mais direto na educação pública.

O primeiro é a Medida Provisória 95, que retira investimentos na educação e na saúde pública nos próximos 20 anos.

A outra é a Reforma no Ensino Médio, que irá provocar um imenso prejuízo para a escola pública e para os filhos da classe trabalhadora com a consolidação da proposta da BNCC apresentada pelo MEC do governo golpista.

Veja abaixo algumas das principais características desta BNCC:

É privatizante

Permite que grupos privados assumam até 40% do Ensino Médio regular e até 100% da Educação de Jovens e Adultos por meio do ensino à distância.

Provoca desemprego

Caso a proposta seja aprovada, as escolas terão reduzidos seus quadros de educadoras/es, já que precisarão basicamente de professoras/es das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

Propõe exclusão

A Reforma do ensino médio rebaixa a qualidade do ensino, pois retira disciplinas do currículo, mantendo como obrigatórias somente Língua Portuguesa e Matemática. Na prática passam a existir grandes diferenças entre o ensino de

uma escola e outra e os estudantes ficam sujeitos a “escolher” apenas as disciplinas que cada escola oferecer. História, Geografia, Sociologia, Filosofia, Artes, Educação Física, Língua Estrangeira, Física, Química e Biologia não serão mais obrigatórias.

Fragmenta o ensino

A proposta apresenta separação entre BNCC da Educação Infantil e Ensino Fundamental e a BNCC do Ensino Médio, o que é absurdo, pois a Educação Básica, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, é um processo contínuo e articulado, desde a educação infantil até o ensino médio.

Empobrecerá o ensino

A proposta está em sintonia com a Emenda Constitucional 95, que congela investimentos na Educação por 20 anos, o que “empobrecerá” ainda mais o ensino público, prejudicando profundamente o processo de ensino-aprendizagem dos filhos da classe trabalhadora.

BNCC apresentada desconsidera debates que foram realizados até 2015

A elaboração da BNCC excluiu debates e diálogos com entidades representativas, educadores e demais atores diretamente envolvidos com a escola pública.

Desde que a proposta foi apresentada, a APEOESP vem liderando uma grande mobilização em todo o Estado de São Paulo para impedir sua aprovação. No último 8 de junho estava programada uma Audiência Pública no Memorial da América Latina, na Capital paulista, como forma de legitimar o projeto. A grande presença de professores da APEOESP, em conjunto com outros setores sociais, impediu a realização da farsa de “debate público”.

A APEOESP vai continuar mobilizando toda categoria e a comunidade escolar para barrar esse golpe na escola pública. No dia 10 de setembro iremos em caravana à Brasília para a última Audiência Pública. A ideia é pressionar e barrar sua aprovação.

Licenças e faltas médicas contam para o tempo de aposentadoria: vitória da APEOESP

Após anos de muita pressão, com ação coletiva e ações individuais vitoriosas em muitos casos, a Procuradoria Geral do Estado firmou novo entendimento considerando que as licenças e faltas médicas não serão mais descontadas do tempo de exercício para efeito de aposentadoria especial aos professores. Comunicado sobre foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 31/05/2018 (Comunicado Conjunto UCRH/SPPREV).

Inscrição para processo de atribuição de aulas 2019

Foi publicada no Diário Oficial do Estado (DOE), de 19 de julho, a Portaria CGRH-5 (18/07/2018), que dispõe sobre as inscrições no Processo Anual de Atribuição de Classes e Aulas para o ano letivo de

**Contra a Privatização do Ensino.
BNCC: Mais um ataque à Educação!**

Qualquer discussão sobre Educação sem revogação da EC 95 é uma enganação.



2019. As inscrições iniciaram no dia primeiro de agosto e se encerrarão no dia 30 de agosto. Neste momento apenas os professores contratados de 2016 em diante podem se inscrever.

Em razão das inúmeras consultas, informamos que os professores categoria O com contratos até 2015 e os sem contrato devem aguardar publicação em DOE com as normas para inscrição e para atribuição de aulas em 2019.

É fundamental a luta de professoras e professores para a garantia de que todos tenham os mesmos direitos e sejam tratados com dignidade.

Congresso do Povo: fortalecer a mobilização social

No decorrer do primeiro semestre, professores de todas as regiões do estado participaram das plenárias e atividades do Congresso do Povo, um espaço de debate onde a população elenca os fatores que explicam a crise que vivemos hoje para apontar caminhos para um Brasil melhor. Foram objeto de reflexão nas etapas municipais e regionais temas como: o desemprego, a educação, a saúde, a segurança,

o transporte, a alimentação saudável e o meio ambiente, dentre outros.

No início deste segundo semestre ocorrerão os últimos Congressos Municipais. O Congresso do Povo na etapa estadual está previsto para acontecer no dia 10 de Novembro.

É fundamental o envolvimento das subseções e da nossa militância em conjunto com outros parceiros da Frente Brasil Popular nas regiões, como outros sindicatos, movimentos sociais, organizações sociais, etc. para que possamos sensibilizar e envolver a sociedade nos debates sobre a situação de crise e a importância da participação de todos para promovermos as mudanças necessárias.

Eleições 2018: os professores mudando a história

A história da APEOESP, em especial a partir do final da década de 1970, vem sendo pautada por lutas democráticas da história do país. Foi assim na redemocratização e pela Anistia Ampla Geral e Irrestrita; na campanha das Diretas Já, em 1984; na participação da Constituinte para garantia de avanços da educação pública de qualidade; no impeachment do

governo Collor, em 1992, e, mais recentemente, na luta contra o golpe articulado pela elite econômica e política de nosso país, com suporte da grande mídia e de parcela importante do poder judiciário e de grupos econômicos internacionais.

Em todas essas lutas, a eleição de representantes de nossa categoria para a Assembleia Legislativa, Câmara Federal e legislativos municipais em todo Estado de São Paulo foram importantes para assegurarmos direitos e obtermos conquistas.

Mais uma vez os professores terão a oportunidade de colocar, tanto na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, como na Câmara Federal, representantes com os quais poderemos contar.

Da mesma forma, é vital o voto consciente para o Senado, para o Governo Estadual e para a Presidência, pois as políticas públicas, ou a falta destas, resultam das decisões de nossos governantes.

Vamos eleger aqueles (as) candidatos(as) comprometidos com a retomada do processo de crescimento com desenvolvimento econômico e inclusão social para que o povo brasileiro, em especial as trabalhadoras e os trabalhadores, possam voltar a ter esperanças e autoestima.

III. Encaminhamentos

1- As subsedes devem organizar a categoria preparando para assembleia a ser definida na reunião do Conselho Estadual de Representantes (CER) do dia 24 de agosto.

2- Na reunião de representantes (RR) em todas as nossas subsedes, os professores devem discutir e encaminhar propostas para participação nas atividades previstas para o segundo semestre. São elas:

a) Escola sem Partido: nos municípios em que for apresentado projeto com este objetivo, os professores devem realizar amplo debate, desmascarando os objetivos autoritários com toda comunidade além

de mobilizá-la para impedir a sua aprovação na Câmara Municipal.

b) BNCC do Ensino Médio: continuar denunciando o caráter excludente e privatizante desta proposta, mobilizando toda categoria e a sociedade a participarem das ações promovidas pela entidade contra a sua aprovação.

c) Congresso do Povo: participar da organização dos eventos e atividades preparatórias da etapa estadual do Congresso do Povo nas suas regiões com outras entidades e movimentos regionais.

d) Categoria O: mobilizar as professoras e professores

nas ações para garantir que os professores categoria O não fiquem desempregados em 2019.

e) Reajuste de 10,15%: mobilizar toda categoria para as ações convocadas pela APEOESP em níveis regional e estadual para a conquista do reajuste garantido em lei.

f) Eleições 2018: promover debates nas escolas e nas comunidades sobre a importância da eleição de representantes que lutem pela escola pública democrática e de qualidade para todos, com valorização dos profissionais da educação e comprometidos com as lutas da APEOESP.

IV. Informes

a) IAMSPE

No próximo dia 21 de agosto, será realizado o XV Encontro Estadual da CCM Iamspe. O evento, aberto a todos os servidores públicos estaduais,

será no Plenário Paulo Kobayashi da Alesp (Assembleia Legislativa de SP), com início previsto para às 09h00.

Mais uma vez, os participantes do Encontro, organizado pela Comissão Consul-

tiva Mista, da qual a APEOESP faz parte, debaterão a emergente necessidade de garantir a cota-parte de 2% por parte do governo estadual no Orçamento; a instituição de um Conselho Administrativo, De-

liberativo, Fiscal e Paritário; o fortalecimento da luta contra qualquer iniciativa que indique privatização do Instituto, entre outros assuntos.

b) Audiências Públicas: LDO

Até o dia 31 de agosto, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, o governo de São Paulo realiza Audiências Públicas em todas as regiões do Estado para debater a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

A partir destas discussões será elaborado o projeto de Lei Orçamentária Anual de 2019. Como em todos os anos, os professores devem participar dos debates reforçando a necessidade de assegurar mais investimentos para a Educação e também para o Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (Iamspe), uma luta história e constante da categoria. Abaixo, reproduzimos as datas e o local de audiências que ainda acontecerão conforme divulgado pelo Estado. Algumas regiões ainda não foram disponibilizadas.

Também é possível participar virtualmente através do site da Secretaria de Planejamento e Gestão <http://www.planejamento.sp.gov.br> ou do portal do governo <http://www.saopaulo.sp.gov.br>.

Audiência: Marília

Data: 14/08/2018 **Horário: 10h**

Local: Rua Gonçalves Dias,440, Centro, Marília OAB

Audiência: Bauru

Data: 15/08/2018 **Horário: 10h**

Local: Avenida Joaquim Marques Figueiredo, 7-8, Bauru - Auditório do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - CIESP

Audiência: Itapeva

Data: 16/08/2018 **Horário: 10h**

Local: Avenida Vaticano, 903, Jardim Europa, Itapeva - Câmara Municipal de Itapeva.

Audiência: Campinas

Data: 21/08/2018 **Horário: 10h**

Local: Avenida Brasil, 2340, Jardim Chapadão, Campinas - Auditório da CATI

Audiência: Registro

Data: 22/08/2018 **Horário: 10h**

Local: Rua Shitiro Maeji, 459, Registro - Câmara Municipal de Registro

Audiência: Sorocaba

Data: 23/08/2018 **Horário: 10h**

Local: Avenida Engenheiro Carlos Reinaldo Mendes, 2800, Alto da Boa Vista, Sorocaba Auditório do Jornal o Cruzeiro do Sul



Boletim

CR/RR

AGOSTO/2018



expediente

Dirigentes responsáveis por esta publicação

Leandro Alves Oliveira
Secretário Geral

Sílvio de Souza
Secretário Geral Adjunto

Dirigentes responsáveis pela Secretaria de Comunicações

Walmir Siqueira
Secretário de Comunicações em exercício

Stenio Matheus de Moraes Lima
Secretário de Comunicações Adjunto

Conselho Editorial

Fábio Santos de Moraes
Roberto Guido
Walmir Siqueira
Stenio Matheus de Moraes Lima
Leandro Alves Oliveira
Sílvio de Sousa
Rita de Cássia Cardoso
Richard Araújo
Fláudio Azevedo Limas
Miguel Noel Meirelles
Francisco de Assis Ferreira
Paula Cristina Oliveira Penha

Tiragem 12 mil exemplares



SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Filiado à **CNE** e **CUT**

www.apeoesp.org.br
secgeral@apeoesp.org.br

Praça da República, 282
Tel. (0xx11) 3350-6000 • Fax (0xx11) 3350-6125
CEP 01045-000 • Capital, SP

DIRETORIA DA APEOESP TRIÊNIO 2017/2020

DIRETORIA EXECUTIVA: Presidente em Exercício: Fábio Santos de Moraes; Vice-Presidente em Exercício: Roberto Guido Pereira; **Secretário Geral:** Leandro Alves Oliveira; **Secretário Geral Adjunto:** Sílvio de Souza; **Secretário de Finanças:** Fláudio Azevedo Limas; **Secretário de Finanças Adjunto:** Miguel Noel Meirelles; **Secretário de Administração:** Odimar Silva; **Secretária de Administração Adjunta:** Maria José Carvalho Cunha; **Secretária de Patrimônio:** Tereza Cristina Moreira da Silva; **Secretário de Patrimônio Adjunto:** Luiz Gonzaga José; **Secretária de Assuntos Educacionais e Culturais:** Francisca Pereira da Rocha Seixas; **Secretário de Assuntos Educacionais e Culturais Adjunto:** Ezio Expedito Ferreira Lima; **Secretário de Comunicações em Exercício:** Walmir Siqueira; **Secretário de Comunicações Adjunto:** Stenio Matheus de Moraes Lima; **Secretária de Formação:** Zenaide Honório; **Secretário de Formação Adjunto:** Paulo José das Neves; **Secretário de Política Sindical:** Moacyr Américo da Silva; **Secretária de Política Sindical Adjunta:** Ozani Martiniano de Souza; **Secretário de Legislação e Defesa dos Associados:** Francisco de Assis Ferreira; **Secretária de Legislação e Defesa dos Associados Adjunta:** Paula Cristina Oliveira Penha; **Secretária de Políticas Sociais:** Rita de Cássia Cardoso; **Secretário de Políticas Sociais Adjunto:** Richard Araújo; **Secretária para Assuntos do Aposentado:** Floripes Ingrid Borioli Godinho; **Secretária para Assuntos do Aposentado Adjunta:** Ana Lucia Ferreira; **Secretária para Assuntos da Mulher:** Suelly Fátima de Oliveira; **Secretária para Assuntos da Mulher Adjunta:** Rosa Maria de Araújo Fiorentin; **Secretária para Assuntos Municipais:** Nilceia Fleury Victorino; **Secretário para Assuntos Municipais Adjunto:** Tales Amaro Ferreira; **Secretária Geral de Organização:** Cilene Maria Obici; **Secretário de Organização da Capital:** Fábio Santos Silva; **Secretário de Organização da Grande São Paulo em Exercício:** Ronaldo Nascimento Mota; **Secretária de Organização do Interior:** Maria de Lourdes Rafael e Souza; **Secretária de Organização do Interior:** Sonia Maria Maciel; **Secretário de Organização do Interior em Exercício:** Antonio de Jesus Rocha; **Secretário de Organização do Interior:** Sérgio Martins da Cunha

DIRETORIA ESTADUAL: Ademar de Assis Camelo; Alfredo Andrade da Silva; Altair de Oliveira Gomes; Ana Amália Pedrosa Curtarelli; Ana Carolina Correia; Ana Lúcia Santos Cugler; Ana Lúcia Viana; Ana Paula Cordeiro Santos; Anatalina Lourenço da Silva; André Murtinho Ribeiro Chaves; Andreia Oliveira de Souza Soares; Antônio do Vale; Antonio Gandini Junior; Antônio Gerônimo; Antônio Jovem de Jesus Lima; Ary Neves da Silva; Benedita Lúcia da Silva; Benedito Jesus dos Santos Chagas; Carlos Alberto Rezende Lopes; Carmen Luiza Urquiza de Souza; Cauê Vieira Campos; Claudia Cristina Alves de Souza; Claudio Juhrs Rodrigues; Claudio Luiz Alves de Santana; Claudelício dos Reis; Débora Cristina Nunes; Denise Alves Moreira; Dorival Aparecido da Silva; Edna Azevedo Fernandes; Eliane Aparecida Garcia; Emanuel Duarte; Fábio Henrique Granados Sardinha; Fátima Aparecida da Silva Faria Galvão dos Santos; Geraldo Cesar Martins de Oliveira; Gilmar Ribeiro; Janete Pereira da Silva; Jesse Pereira Felipe; João Batista Silva dos Santos; Joaquim Soares da Silva Neto; José Bonfim Ferreira do Prado; Jose de Jesus Costa; José Geraldo Corrêa Junior; José Reinaldo de Matos Lima; Joselei Francisco de Souza; Jovina Maria da Silva; Juvenal Aguiar Penteado Neto; Leonor Penteado dos Santos Peres; Luciano Delgado; Luis Antonio Nunes da Horta; Luiz Claudio de Lima; Luzelena Feitosa Vieira; Magda Souza de Jesus; Mara Cristina de Almeida; Marcella de Campos Costa; Marcos César Luiz Ferreira; Maria Carlota Niero Rocha; Maria de Lourdes Cavichiole; Maria de Lourdes Mantovani Pavam; Maria Lícia Ambrosio Orlandi; Maria Regina de Souza Sena; Mauricio Cavalcante dos Santos; Mauro da Silva Inácio; Nilson Silva; Nizete Nascimento Albuquerque Gusmão; Orivaldo Felício; Osman Martiniano de Souza; Pedro Alberto Vicente de Oliveira; Pedro Paulo Vieira de Carvalho; Raphael Henrique de Moraes Gregório; Regina Célia de Oliveira; Ricardo Augusto Botaro; Rita Leite Diniz; Roberta Maria Teixeira de Castro; Roberto Mendes; Rodolfo Alves de Souza; Ronald Torelli; Rui Carlos Lopes de Alencar; Sílvio Carlos da Silva Prado; Suzi da Silva; Uilder Cácio de Freitas; Vania Pereira da Silva; Vera Lucia Zirnberger; Wilson Augusto Fiuza Frazão; Yara Aparecida Bernardi Antonialli